

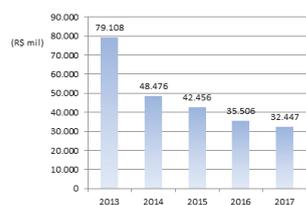

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.
 CNPJ nº 13.012.956/0001-55

1/3

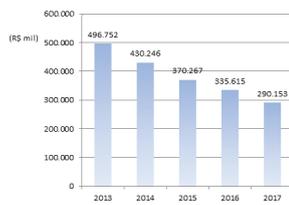
Relatório da Diretoria:

A Administração da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Minas Arena" ou "Companhia"), em cumprimento ao Art. 133 da Lei 6.404/76, vem prestar aos acionistas e ao mercado, informações relativas às atividades sociais desenvolvidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como apresentar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as respectivas notas explicativas, os quais se encontram acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. Após a reinauguração do Mineirão, os anos de 2013 e 2014 foram marcados principalmente pela realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014, período este considerado como fase de maturação e aprendizado, dadas suas características únicas e inovadoras. No ano de 2016, o estádio recebeu partidas de futebol masculino e feminino como um dos estádios sede da Olimpíada Rio2016. Em 2015, 2016 e 2017 a Companhia passou por perceptíveis mudanças na gestão resultando em otimizações e aumento da eficiência financeira. Com o objetivo de aumentar os resultados da Companhia, foram revisados processos e atividades, reduzidos o quadro funcional e serviços de terceiros, resultando em economia para a Companhia. No ano de 2017, foram amortizados cerca de R\$ 48,49 milhões em empréstimos e financiamentos.

Custos e Despesas Operacionais



Empréstimos e Financiamentos



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017		31/12/2016	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.069	21.577		
Ativo financeiro de concessão	5	117.722	126.135		
Contas a receber de clientes	6	3.224	772		
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.402	3.329		
Adiantamentos a fornecedores		85	144		
Estoques		556	676		
Despesas antecipadas		928	1.014		
Total do ativo circulante		156.986	153.647		
Ativo não circulante					
Ativo financeiro de concessão	5	514.693	564.660		
Contas a receber de clientes	6	16.752	14.179		
Impostos e contribuições a recuperar	7	8.321	8.992		
Outros ativos não circulantes		303	249		
		540.069	588.080		
Imobilizado	8	3.084	3.531		
Intangível	9	36.730	38.572		
Total do ativo não circulante		579.883	630.183		
Total do ativo		736.869	783.830		
Passivo circulante					
Fornecedores	10	1.387	1.981		
Empréstimos e financiamentos	11	39.531	49.579		
Obrigações e encargos trabalhistas		1.945	1.366		
Impostos e contribuições a recolher		1.111	1.760		
Adiantamento de clientes	16	9.674	10.136		
Outras obrigações a pagar		406	506		
Total do passivo circulante		54.054	65.328		
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	250.622	286.036		
Tributos diferidos	12	6.466	12.604		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	-	1.511		
Partes relacionadas	13	6.323	6.325		
Provisão para riscos	14	349	349		
Receitas diferidas		2.508	1.579		
Outros passivos		119	2.351		
Total do passivo não circulante		266.387	310.755		
Total do passivo		320.441	376.083		
Patrimônio líquido					
Capital social	15	246.405	246.405		
Reserva de lucros		170.023	161.342		
Total do patrimônio líquido		416.428	407.747		
Total do passivo e patrimônio líquido		736.869	783.830		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de subvenção		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	246.405	6.261	26.593	115.420	-	394.679
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.068	13.068
Constituição da reserva legal	15.b	654	-	-	(654)	-
Transferência para reserva de subvenção	15.d	-	-	12.414	(12.414)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	246.405	6.915	26.593	127.834	-	407.747
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.681	8.681
Constituição reserva legal	15.b	434	-	-	(434)	-
Transferência para reserva de subvenção	15.d	-	-	8.247	(8.247)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	246.405	7.349	26.593	136.081	-	416.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abraão Caram, 1001 – Pampulha, Belo Horizonte, MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto (Estádio ou Mineirão) e as áreas conexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão). A Companhia é controlada em conjunto pela Construcap CCPS – Engenharia e Comércio S.A., pela Egesa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda.

Contrato de Concessão

O Contrato de Parceria Público Privado (PPP), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – (SEPLAG) (Poder Concedente) e a Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (concessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012. A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, que recebeu tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016.

A emissão dessas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2018.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 3.

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigentes a partir de 1º de janeiro 2017 que tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros – classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Nos períodos apresentados, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

2.4.2. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O

direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência.

2.4.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD ou impairment).

2.6. Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Equipamentos em geral	10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	4

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Ativos intangíveis

São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de eventuais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício.

Empreendimento Sustentável. Desde a reforma, várias ações de sustentabilidade foram e continuam sendo realizadas pela Minas Arena no Gigante da Pampulha, como a operação, em parceria com a Cemig, de uma Usina Solar Fotovoltaica (USF Mineirão). Há também reaproveitamento da água de chuva, que é estocada em reservatórios de mais de 5 milhões de litros de capacidade, que representa uma economia de até 70% no consumo de água potável. Outra prática ambientalmente correta e sustentável é a destinação de todo o resíduo reciclável para a associação de catadores Asmare. Em 2017, atentos às inovações e novas tecnologias disponíveis no mercado, iniciamos a reciclagem do vidro, material que antes era enviado ao aterro sanitário. Todas estas práticas fazem parte do projeto de sustentabilidade do Mineirão, denominado Gigante Pela Natureza. O Complexo do Mineirão é o primeiro e único estádio do Brasil a conquistar o grau Platinum da Certificação Leed. Recebeu também, em novembro de 2014, o prêmio ouro do Selo Bñ Sustentável, promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte, este em processo de renovação. Em setembro de 2016, aderimos ao Pacto Global, iniciativa da ONU de mobilização da comunidade empresarial para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A Administração da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	17	74.959	78.590
Custos dos serviços prestados	18	(22.605)	(27.315)
Lucro bruto		52.354	51.275
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(10.073)	(8.316)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		231	126
		(9.842)	(8.190)
Lucro operacional		42.512	43.085
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	2.879	4.911
Despesas financeiras	19	(41.129)	(36.851)
		(38.250)	(31.940)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social – diferido	12	4.419	1.923
		8.681	13.068
Lucro líquido do exercício		8.214	8.214
Quantidade de ações (em milhares)		8.214	8.214
Lucro básico e diluído por ação		1,06	1,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa para os

exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.262	11.145
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação e amortização	2.468	2.459
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	25.884	29.755
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(50.197)	(66.239)
Tributos diferidos	(1.719)	(745)
Receitas diferidas	929	1.541
Captação de empréstimos e financiamentos	3.309	4.969
Variáveis nos ativos e passivos operacionais		
Ativo financeiro de concessão	108.577	105.100
Contas a receber de clientes	(5.025)	2.211
Adiantamentos a fornecedores	59	(121)
Impostos e contribuições a recuperar	1.598	(902)
Estoques	120	(131)
Outros ativos	40	(672)
Fornecedores	(594)	(1.712)
Obrigações e encargos trabalhistas	579	229
Impostos e contribuições a recolher	(649)	264
Adiantamento de clientes	(462)	10.078
Outros passivos	(2.335)	535
Caixa ger		

MINEIRO

2.18. Normas contábeis que entrarão em vigor após 2017 - A Companhia está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2017 (ainda sem correspondente no CPC) que entrarão em vigor após 1º de janeiro de 2018: • IFRS 9 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments); • IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Ativo financeiro de concessão

A Companhia reconheceu o "Ativo financeiro de concessão" com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas. A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do "Ativo financeiro de concessão" para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo.

Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	72	29
Aplicações financeiras	31.997	21.548
	32.069	21.577

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários (CDB) possuem rendimentos atrelados à taxa de 75%, 95% e 96,5% *do Certificado de Depósito Bancário (CDI) em 31 de dezembro de 2017 (2016 – 75%). Estas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a Companhia.

5. Ativo financeiro de concessão

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 "Contratos de Concessão" e da Orientação Técnica OCP 05 "Contratos de Concessão" (IFRIC 12).

(Nota nº 1). Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelas obras de reforma, renovação e adequação do Estádio:

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Ativo financeiro a faturar	109.026	114.970
Ativo financeiro faturado	8.696	11.165
	117.722	126.135

Não circulante

Ativo financeiro a faturar	514.693	564.660
	632.415	690.795

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e 300 parcelas complementares mensais (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	690.795	729.656
Receita financeira	50.197	66.239
Recebimentos	(108.577)	(105.100)
Saldo final	632.415	690.795

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de clientes faturados	3.520	1.379
Contas a receber de clientes a faturar	17.125	14.241
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(669)	(669)
	19.976	14.951

Circulante

	3.224	772
Não circulante	16.752	14.179
	19.976	14.951

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía em seu contas a receber o montante de R\$ 19.352 (2016 – R\$ 14.908) que encontra-se vencido, mas não impaired (comprometido). Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda dos mesmos:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	624	43
Vencido de 1 a 29 dias	437	854
Vencido de 30 a 59 dias	1.544	959
Vencido de 60 a 179 dias	2.210	1.858
Vencido de 180 a 360 dias	2.910	2.348
Vencido a mais de 360 dias	12.920	9.558
	20.645	15.620

7. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Programa integração social a recuperar (PIS)	1.242	1.411
Contribuição para o financiamento da seguridade social a recuperar (COFINS)	4.720	5.387
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	4.071	4.971
Outros impostos e contribuições	690	552
	10.723	12.321

Circulante

	2.402	3.329
Não circulante	8.321	8.992
	10.723	12.321

A Companhia possui expectativa de recuperação dos impostos a recuperar classificados no ativo não circulante até 31 de dezembro de 2019.

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	Transfê-rencia	31/12/2017
Custo						
Equipamentos em geral	10%	1.354	75	(5)	-	1.424
Móveis e utensílios	10%	3.623	13	-	91	3.727
Instalações	10%	193	-	-	-	193
Equipamentos de informática	20%	429	2	-	-	431
Veículos	20%	47	-	-	-	47
Outras	20%	83	94	-	(91)	86
		5.729	184	(5)	-	5.908
Depreciação acumulada						
Equipamentos em geral	10%	(403)	(140)	-	-	(543)
Móveis e utensílios	10%	(1.366)	(366)	-	-	(1.732)
Instalações	10%	(69)	(19)	-	-	(88)
Equipamentos de informática	20%	(270)	(85)	-	-	(355)
Veículos	20%	(42)	(6)	-	-	(48)
Outras	20%	(48)	(10)	-	-	(58)
		(2.198)	(626)	-	-	(2.824)
		3.531	(442)	(5)	-	3.084

9. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Custo				
Softwares	20%	-	193	192
Benefitárias em imóveis de terceiros	4%	44.775	-	44.775
		44.968	-	44.967
Amortização acumulada				
Softwares	20%	(138)	(39)	(176)
Benefitárias em imóveis de terceiros	4%	(6.258)	(1.803)	(8.061)
		(6.396)	(1.842)	(8.237)
		38.572	(1.842)	36.730

10. Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais	1.224	1.748
Outros fornecedores	57	75
Provisão para serviços prestados a faturar (a)	106	158
	1.387	1.981

(a) Para atendimento ao regime de competência contábil registra os serviços que foram medidos/prestados, mas cujas notas fiscais ainda não foram emitidas.

11. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	31/12/2017	31/12/2016
Crédito industrial – BNDES	TJLP + 2,34% a.a.	290.153	325.458
Banco Itaú	CDI + 4,41% a.a.	-	10.157
		290.153	335.615
Circulante		39.531	49.579
Não circulante		250.622	286.036
		290.153	335.615

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por:

- Direito de recebimento da integralidade da receita da beneficiária.
- Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP.
- Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária.

Escalonamento dos empréstimos e financiamentos

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	38.266
2019	39.250	38.266
2020	39.626	39.626
2021 e acima	171.746	169.878
	250.622	286.036

Cláusulas restritivas

A Companhia possui contrato de empréstimo e financiamento que apresenta cláusulas restritivas as quais estabelecem obrigações quanto à manutenção de índice financeiro sobre as operações contratadas Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) superior a 1,30, cujo descumprimento produz efeitos apenas ao que concerne à impossibilidade de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título.

A Companhia não tem realizado distribuição de dividendos.

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto a manutenção de índices financeiros cujo descumprimento torne automaticamente exigível o vencimento da dívida.

Movimentação

	Saldo 31/12/2016	Capita-lização (a)	Amorti-zação	Juros provisionados	Saldo 31/12/2017
Empréstimos					
Crédito industrial – BNDES	324.301	3.309	(38.488)	-	289.122
Juros BNDES a pagar	1.157	-	(25.146)	25.020	1.031
Banco Itaú	10.000	-	(10.000)	-	-
Juros Banco Itaú a pagar	157	-	(1.021)	864	-
Total Geral	335.615	3.309	(74.655)	25.884	290.153

(a) Quando a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) for superior a 6% (seis por cento) ao ano, o montante correspondente a parcela da TJLP que vier a exceder 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do contrato com o BNDES.

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e nas despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos

Os impostos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais. As diferenças temporárias são decorrentes da aplicação do CPC 17 – Contrato de Construção e ICPC 01 – Contrato de Concessão.

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ	4.450	8.167
CSLL	1.603	4.798
Ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	(1.397)	(3.888)
	4.656	9.077

PIS

COFINS	323	629
	1.487	2.898
	1.810	3.527

Total

	6.466	12.604
--	--------------	---------------

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.262	11.145
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda contribuição social à alíquota nominal	(1.449)	(3.789)
Exclusões permanentes	18.450	22.496
Adições permanentes	(596)	(682)
Adições e exclusões temporárias	-	3.863
IR/CS sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(11.986)	(19.965)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social – diferido	4.419	1.923
Total	4.419	1.923
% efetiva	103,64%	17,25%

13. Partes relacionadas**(a) Passivo não circulante****Contas a pagar**

	31/12/2017	31/12/2016
Consórcio Construtor Nova Arena	6.311	6.325
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	10	-
Egesa Engenharia S.A.	2	-
	6.323	6.325

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

	31/12/2017	31/12/2016
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	-	1.188
Egesa Engenharia S.A.	-	2
Hap Engenharia Ltda.	-	321
	-	1.511

(c) Remuneração da administração

A remuneração da administração está registrada no grupo de despesas gerais administrativas e totaliza R\$ 1.738 em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 937).

14. Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Em 31 de dezembro de 2017, segundo os assessores jurídicos, haviam processos de natureza cível com estimativa de perda provável no montante de R\$ 349 (2016 – R\$ 349), os quais se encontram devidamente provisionados e referem-se a reclamações trabalhistas e indenizatórias.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionados, no montante aproximado de R\$ 1.784 (2016 – R\$2.042), referente a ações cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia é parte qualificada como responsável solidária em contingência relacionada a uso indevido do RECOPA, no montante de R\$ 16.180 mil, cuja probabilidade de risco avaliada pelos assessores jurídicos é de perda possível.

Encontra-se em trâmite no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) um procedimento investigatório decorrente de representação realizada por terceiro contra a Minas Arena. A referida representação alega suspeitas relativas a legalidade do contrato de concessão administrativa, firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Minas Arena, bem como questões relacionadas a eventuais desvios de conduta da gestão da Minas Arena, mencionando supostas irregularidades financeiras, contábeis e fiscais.

A Minas Arena realizou os levantamentos necessários das informações e documentos solicitados pelo (MPMG), o que incluiu, quando apropriado, a contratação de especialistas. Com base nesses levantamentos, a Companhia respondeu, respaldada por seus consultores jurídicos e de forma tempestiva, todos os questionamentos realizados pelo MPMG. O processo investigatório encontra-se em curso.

15. Patrimônio líquido**(a) Capital social****Capital autorizado**

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão.

Capital integralizado

O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 246.405 representado pelo valor nominal de R\$ 30,00 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2017, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

	Quantidade de Ações (em milhares)	Valor do capital social
Construcap CCPS Engenharia e Comércio. S.A.	4.830	144.912
Egesa Engenharia S.A.	2.066	61.971
Hap Engenharia Ltda.	1.318	39.522
	8.214	246.405

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(c) Reserva estatutária

O lucro líquido ap

MINEIRAO

Aos Administradores e Acionistas da

Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, encontra-se em andamento processo investigatório conduzido pelo Ministério Público de Minas Gerais decorrente de representação realizada por terceiro contra a Companhia. Nas circunstâncias, não há como determinar o desfecho desse processo em curso. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

33

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 28 de agosto de 2017, com a ênfase referente ao mesmo assunto citado no parágrafo "Ênfase".

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

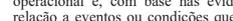
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, omissão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2018.



Daniel Menezes Vieira
CT CRC MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP - 025.583/O-1 "S" - MG

288 cm - 17 1085923 - 1

PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

HOSPITAL REGIONAL DE UBERABA / MG

CNPJ nº 24.232.886/0153-50

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais					
Ativo	Nota	2.017	2.016	Passivo e patrimônio líquido	
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes de caixas	4	106.332	438.213	Fornecedores	6 3.781 53.018
Contas a receber	5	800.000	800.000	Honorários médicos	- -
Adiantamento a funcionário	-	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas	- -
Outros ativos circulante	(5)	48.939	-	Obrigações fiscais	7 53 216
Estoque	-	-	9.574	Receita diferida	- 200.614 513.249
				Partes Relacionadas	8 1.145.382 1.126.631
		906.327	1.296.726		1.349.830 1.693.113
Não Circulante				Não Circulante	
Imobilizado	-	-	-	Provisão para descontinuidade	- -
Intangível	-	-	-	Provisão Contingências Trabalhistas	9 371.285 -
Subvenções a realizar	-	-	-		371.285 -
				Patrimônio Líquido	
				Patrimônio Social Negativo	(396.388) (277.920)
				Deficit/Superávit do período	(418.400) (118.468)
					(814.788) (396.388)
Total do Ativo		906.327	1.296.726	Total do Passivo	906.327 1.296.726

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício / período findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Cifras apresentadas em reais.

1. Contexto Operacional: a) **Objetivos Sociais:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que precetiva a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) **Rescisão de Contrato de Gestão - Hospital Regional de Uberaba:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 13 de novembro de 2014, celebrou com a Prefeitura Municipal de Uberaba Contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Regional de Uberaba, com vigência de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 5 anos. Em 26/04/2017 a Administração da Pró-Saúde, comunicou a Prefeitura Municipal de Uberaba, a rescisão do contrato de gestão, observando o aviso prévio contratual previsto de 60 dias, em razão do não cumprimento da abertura do Hospital e consequentemente de atrasos nos repasses financeiros. Como resultado do encerramento do contrato de gestão, a Administração da unidade, transferiu a responsabilidade da gestão hospitalar a Prefeitura do Município de Uberaba e procedeu a devolução dos estoques e ativo imobilizado mantidos em seu poder. Os efeitos reconhecidos no resultado do exercício de 2017 foram:

Descrição	2.017	2.016
Estoque	9.574	-
Imobilizado	19.225	-
	28.799	-

2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a IIG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 15 de Março de 2.018. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) **Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências, quando constituídas, e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) **Ativos circulantes e não circulantes:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo

valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e não demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) **Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) **Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. f) **Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções - custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. g) **Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Descrição	2.017	2.016
Caixa	106.332	438.213
Banco conta movimento (a)	106.332	438.213
	106.332	438.213

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente e aplicações financeiras no Banco Santander.

5. Contas a Receber

Descrição	2.017	2.016
Prefeitura do Município de Uberaba/MG	800.000	800.000
	800.000	800.000

6. Fornecedores

Descrição	2.017	2.016
Materiais e medicamentos	-	32.658
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	3.781	-
Imobilizado	-	15.789
	3.781	53.018

7. Obrigações Fiscais

Descrição	2.017	2.016
Imposto de Renda	43	216
Outras Obrigações	10	-
	53	-

8. Partes Relacionadas

Descrição	2.017	2.016
Pró-Saúde - Sede Social (a)	78	78
UPA - Mirante /MG (a)	389.199	385.577
UPA - São Benedito/MG (a)	756.067	740.976

Demonstração do resultado do período - Em reais

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas Operacionais		
Receitas com subvenções - custeio	10	-
Receitas com subvenções - investimento	-	-
Receitas financeiras	-	-
Total das Receitas	-	-
Despesas Operacionais		
Despesas com pessoal	-	-
Custos corporativos compartilhados	-	-
Serviços de terceiros	11	(14.276)
Drogas, medicamentos e materiais	12	(72)
	-	(14.348)
Despesas gerais e administrativas	13	(102.731)
Provisão p/reservas de contingências trabalhistas	9	(371.285)
Despesas financeiras	-	(760)
Resultado de encerramento de contratos	1b	(28.799)
	(418.400)	(104.120)
Total das Despesas	(418.400)	(118.468)
Superávit /Déficit do Período	(418.400)	(118.468)

Demonstração do resultado abrangente do período

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Superávit /Déficit do Período	(47.115)	(118.468)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período	(47.115)	(118.468)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais	Patrimônio líquido		Total
	social (negativo)	Superávit do exercício	
Em 31 de Dezembro de 2.015 (Não auditado)	(17.895)	(260.024)	(277.919)
Transferência a Sede Administrativa relativo ao custo corporativo compartilhado	-	260.024	-
Superávit do exercício	(118.468)	(118.468)	(236.912)
Em 31 de Dezembro de 2.016	(277.920)	(118.468)	(396.388)
Transferência a Sede Administrativa relativo ao custo corporativo compartilhado	-	-	-
Superávit do exercício	(47.115)	(47.115)	(94.230)
Em 31 de Dezembro de 2.017	(396.388)	(47.115)	(443.503)
Pró-Saúde - Sede Administrativa (a)	38	-	38
	1.145.382	1.126.631	2.272.013

a) - **Empréstimos:** Correspondia a empréstimo captado da Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos, e sem prazo estabelecido para devolução. (b) - **Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se ao valor a ser passada para a Sede Administrativa da Pró-Saúde correspondente ao custo corporativo compartilhado, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar. **9. Provisão para Reservas de Contingências:** A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são realizadas, acompanhadas e gerenciadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, a partir de São Paulo, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição	2.017	2.016
Trabalhistas	371.285	-
	371.285	-

10. Receitas Com Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Prefeitura Municipal de Uberaba. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados em 31 de dezembro de 2.017.

11. Serviços de Terceiros

Descrição	2.017	2.016
Serviços de terceiros	-	(14.276)
	-	(14.276)

12. Drogas Materiais e Medicamentos

Descrição	2.017	2.016
Impressos e Mat. Expediente	-	-
Materiais Diversos	-	(72)
Peças e Acessórios p/ Reposição	-	-
Material conservação e reparos	-	(72)
	-	(72)

13. Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	2.017	2.016
Anúncios e Publicidades	-	(23.976)
Marketing e Comunicação	(9.760)	-
Combustível e Lubrificantes	-	-
Despesa c/cartório e xerox 436)	-	(371)
Suporte a Informática	(5.364)	-
Locação de Máquinas e Equipamentos	(460)	-
Telefone	(1.084)	(247)
Aluguéis	-	(3.060)
Bens de Pequeno Valor	(870)	(74.512)
Outras Despesas	(18)	(35)
	(17.556)	(102.201)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(47.115)	(118.468)
Superávit /Déficit do período	(47.115)	(118.468)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	-	-
Realização das subvenções	-	-
Superávit / Déficit do período conciliado	(47.115)	(118.468)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	(9.574)
Estoques	9.574	(9.574)
Outros ativos circulante	48.944	(48.939)
Fornecedores	(49.237)	51.818
Honorários médicos		